

# AS PROFESSORAS: O FAZER-SE DE UM OFÍCIO

## CONTAMINAÇÃO DE PRÁTICAS NO TRABALHO DE MAGISTÉRIO: NOTAS PARA REFLEXÃO

Edith Piza\*

### Introdução

O magistério<sup>1</sup> como profissão feminina tem sido objeto de estudos que podemos chamar de clássicos, dada sua importância. Louro (1987 e 1989) e Novaes (1982 e 1984), para citar apenas as referências mais constantes em estudos sobre magistério e trabalho feminino, realizaram pesquisas que iluminaram a relação existente entre ser mulher e ser professora, apontando as contradições entre o papel social esperado e “permitido” e as transformações desse papel nascidas da atividade profissional das mulheres professoras e da alteração dos conceitos sociais atribuídos ao magistério.

O trabalho doméstico foi igualmente objeto de estudos, especialmente pelos estudos feministas da década de 60 e 70 (Bergantini, 1987). A conclusão desses estudos (especialmente os de inspiração marxista) era de que o trabalho doméstico se constituía em uma das formas de subordinação social das mulheres, senão a principal. As características reprodutivas do trabalho doméstico e sua condição de não-trabalho (na óptica marxista) concorreram para uma leitura do trabalho doméstico como uma atividade desqualificada e desqualificadora, responsável pela subordinação social da mulher ao homem, definidora de papéis sociais femininos e objeto de luta pela divisão de tarefas e papéis sexuais (Pena, 1981 e Mitchell, 1967). Em suma, o trabalho doméstico é social e culturalmente compreendido como definidor das atividades ditas femininas e, no entanto, tem sido objeto isolado de estudo, sem que se

\* Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.

1. Neste contexto, o magistério a que me refiro é principalmente o da primeira fase do 1º grau – 1ª a 4ª séries – embora estudos apresentem uma crescente presença feminina em níveis mais elevados de docência, tais como o universitário, especialmente na área das Ciências Sociais. Considere-se também as distinções observadas por Marília Carvalho (1992) entre as antigas professoras primárias e as professoras de 5ª a 8ª séries.

observe o peso que sua presença, inexorável na vida da maioria das mulheres, poderia ter sobre outras atividades desempenhadas por elas.

No que toca à importância do trabalho doméstico na carga de trabalho feminino, os estudos avançaram até a análise da dupla jornada de trabalho, mas não consideraram a possibilidade de extensão e interferência desse trabalho em outras atividades exercidas por mulheres (Rosemberg; Piza e Montenegro, 1990, p.93).

É sobre esta capacidade de extensão das práticas domésticas femininas<sup>2</sup> que desejo refletir brevemente. A reflexão que tentarei realizar não aprofunda questões apontadas por autores que tratam separadamente do magistério e do trabalho doméstico. A pretensão deste texto é muito pequena e epidérmica, pois seu objetivo é explorar pontualmente uma questão pouco visível nos estudos sobre trabalho e sobre trabalho feminino, em especial: a da contaminação de práticas<sup>3</sup>, sobre a qual poucos estudos que contemplam educação e gênero têm se ocupado. Dos estudos recentes, apenas Rosemberg (1991) e Carvalho (1992) contemplam a conexão entre estas práticas femininas.

Abordarei inicialmente aspectos do trabalho doméstico e, em seguida, tentarei refletir sobre aspectos do comportamento profissional em sala de aula. No trajeto entre essas duas instâncias da vida de muitas mulheres buscarei tecer algumas considerações sobre a necessidade de se compreender os movimentos acomodativos e resistentes de mulheres no universo do trabalho docente.

## *Práticas femininas*

### 1. O trabalho doméstico

Um primeiro aspecto do trabalho doméstico que se necessita observar é o de sua dimensão: pública e privada. Não há uma divisão nítida entre público e privado nas atividades domésticas e estas duas dimensões da vida, mais distintas em práticas

2. Utilizo aqui o plural para destacar a diferença entre as atividades domésticas realizadas para a manutenção da casa (lavar, limpar, passar) e as que se dão com a interposição de pessoas da família, especialmente filhos e marido (cozinhar, dar banho, alimentar, servir). Estas últimas possivelmente incorporem uma dose de afetividade diferente daquela investida em atividades de manutenção da casa e podem determinar uma prática mais complexa e criativa.
3. Por contaminação de práticas entendo os comportamentos e procedimentos próprios de uma situação profissional (ou não) que são levados para outros espaços profissionais (ou não), configurando uma extensão dos padrões da atividade dominante a outros espaços ou situações de vida.

profissionais não domésticas, encontram-se mescladas e indefinidas quando se trata da atividade doméstica.

A dona-de-casa, principalmente nos centros urbanos, não vive exclusivamente reclusa em sua casa. Ela circula pelos espaços públicos, desempenhando funções de pagadora, compradora, motorista dos filhos ou parentes, relações públicas da família. É através da atividade doméstica externa que parte da manutenção da vida doméstica é garantida. A outra parte é realizada através do trabalho doméstico interno: lavar, passar, cozinhar, limpar, costurar. Estas atividades podem ser realizadas pela dona-de-casa ou uma sua substituta (a empregada doméstica), nos moldes ditados pela dona-de-casa. As atividades domésticas internas possuem uma dimensão privada (para satisfação imediata das necessidades da família e das exigências das relações afetivas existentes entre seus membros) e uma dimensão pública (dada pela qualidade do trabalho doméstico interno, que projetaria a imagem da mulher dona-de-casa publicamente, através do testemunho de vizinhos, amigos e parentes que visitam a casa).

Um segundo aspecto do trabalho doméstico, que dispensa comentários, é o de sua repetição diária e automática. A rotina doméstica tem sido considerada como um dos principais fatores de depreciação deste trabalho pelas próprias mulheres que o desempenham. Mas é, também, fator assegurador da autonomia na realização das atividades: “fazer à sua maneira” parece ser a compensação por fazer sempre a mesma coisa.

O atributo de ser um trabalho “naturalmente” vinculado às mulheres é o terceiro aspecto que desejo ressaltar. Acredita-se que não seja necessário qualquer preparo prévio para se tornar uma dona-de-casa. Exceção feita a receitas de culinária (as mais complexas) e algumas “dicas” para atividades de limpeza e tratamento de roupas, tudo o mais pode ser aprendido na prática, inclusive o *timing* necessário para a execução das tarefas e a maestria no desempenho de certas atividades. Incluído no rol desses saberes naturais encontra-se o cuidado e a educação de crianças. Muitas mães de classe média, independentemente da formação ou nível de escolaridade, foram e continuam sendo professoras primárias de seus filhos, ensinando a ler e escrever ou ajudando nas tarefas escolares (Prado, 1979; Piza, 1987 e Bruschini, 1990).

A educação de mulheres ricas, em tempos nem tão remotos, além de oferecer-lhes instrumentos úteis para o desempenho do papel de interlocutoras inteligentes de seus maridos – as PhD em prendas domésticas, que Reis (1991) comenta em seu estudo sobre mulheres professoras – incluía o aprendizado da economia doméstica (onde se inseria a enfermagem doméstica, primeiros socorros e cuidados com crianças) e dos trabalhos manuais. Estas disciplinas foram mantidas nas escolas públicas

e privadas durante boa parte deste século e baseavam-se ora nas políticas higienistas que, no final do século XIX e início deste século, atribuíam à figura materna a total responsabilidade pela saúde, higiene e moral da família (Costa, 1979), ora através das políticas educacionais de inspiração facista, as quais viam na esposa/mãe e dona-de-casa de classe operária a âncora doméstica da ordem e da moral do Estado (Reis, 1991; Rago, 1985).

Nos tempos atuais, a educação escolar de meninas e moças difere muito pouco da dos meninos e rapazes (pelo menos até o final do 2º grau) e a parte referente aos serviços domésticos é ensinada em casa e desempenhada por meninas (e meninos) desde a infância. Tomar conta de irmãos menores, limpar e cozinhar são tarefas desempenhadas por jovens (meninos e meninas) das periferias e dos bairros classe média das grandes cidades (SEADE, 1992, pp.60-1). O desempenho da atividade doméstica confere principalmente às meninas a garantia de que, no futuro, desempenharão satisfatoriamente suas atividades de dona-de-casa, sem necessidade de qualquer aprendizado suplementar.

O trabalho doméstico possui, ainda, um aspecto muito importante, especialmente para as mulheres pobres. É um trabalho que pode ser desempenhado profissionalmente sempre que necessário, garantindo auxílio para a subsistência da família (quando não a totalidade das necessidades da família), ou a atividade profissional das mulheres, mesmo que não possuam qualquer outra qualificação. Ser mulher é ser uma trabalhadora doméstica em ato ou em potência, é ter a garantia de que sempre se poderá desempenhar uma atividade, sem qualquer exigência prévia<sup>4</sup>. A mulher é “naturalmente” uma empregada doméstica.

## 2. O magistério de primeiro grau

Se observarmos o trabalho de magistério de primeiro grau no interior das escolas e salas de aula vamos encontrar alguns elementos que talvez iluminem pontos que têm sido causa de muita interrogação.

Talvez a mais freqüente destas interrogações refira-se ao comportamento da professora (especialmente no magistério público), quando apresenta uma resistência visível à novas formas de realização do trabalho docente. Estudos estrangeiros têm

4. Mesmo mulheres de classe média utilizam-se de seus dotes de cozinheiras ou modistas e têm sustentado o mercado informal e o sistema de microempresas ligados à alimentação e vestuário. Mulheres negras, como aponta Bento (1992), independentemente de suas aspirações mantêm o trabalho doméstico como alternativa para qualquer necessidade eventual

situado esta resistência no contexto da taylorização do trabalho docente. Entretanto, não é apenas a taylorização do ensino que é recusada nesse processo (Appel, 1987)<sup>5</sup>. Outras propostas pedagógicas ou didáticas são rejeitadas ou apenas parcialmente incorporadas; ou, ainda, adaptadas, num processo de descaracterização de seus pressupostos teóricos ou ideológicos, o que acaba por torná-las inócuas. São os atalhos de que fala Appel (1987), ao observar o comportamento das mulheres professoras em situação de pressão para adotarem novos comportamentos pedagógicos.

A oposição, velada ou explícita, ao aprofundamento teórico e à crítica da ideologia parece residir num movimento acomodativo caracterizado pela busca de “informação e regras neutras” (Catani, 1987, p.162). Este é um aspecto que caracteriza muito fortemente a prática do magistério, desde a formação pedagógica, e que servirá para ilustrar aqui alguns modos de aproximação entre prática docente e trabalho doméstico.

Diz Denice Bárbara Catani, comentando a crença de que “o professor” possui um “saber natural” para ensinar crianças:

Os professores<sup>6</sup> parecem entender que o principal defeito de sua formação pedagógica é o de deter-se em abstrações, cujo conhecimento em nada os auxilia a empreender melhor a busca de alternativas para seu trabalho. Em oposição a isto esperam que haja fórmulas ‘práticas’ a serem aprendidas, de cuja reprodução se possa esperar a solução dos obstáculos enfrentados no dia a dia escolar. O que essa expectativa quanto aos ‘modos de execução’ põe às claras é uma certa disposição com respeito ao trabalho que a própria formação pedagógica tem contribuído para acentuar: a confiança na funcionalidade de um sistema de regras, procedimentos e processos de ensino, independentemente das condições nas quais ele ocorra e sem relação direta com opções pessoais dos indivíduos envolvidos no processo (Catani, 1987, p.162).

Destaquemos aqui os elementos apontados por Denice Bárbara Catani: a crença num saber natural que dispensaria o embasamento teórico ou a reflexão crítica; a busca de fórmulas práticas que vão sendo testadas durante a ação pedagógica; a confiança num sistema de repetição de regras neutras. Ora, aí podemos identificar pelo menos três características apontadas acima para o trabalho doméstico, igual-

5. A intensificação do trabalho pode ocorrer também por outras razões, como por exemplo os salários baixos que obrigam a uma jornada dupla e até tripla de trabalho docente.
6. Nunca é demais alertar para o uso do masculino genérico para caracterizar um universo de trabalho com uma população feminina de mais de 90%.

mente “naturalizado” como atividade que dispensa aprendizado e igualmente tomado como trabalho feminino.

A questão referente às dimensões pública e privada da atividade de magistério necessitaria ser observada mais detalhadamente, já que o espaço do magistério parece conter uma ambigüidade que, na aparência tange o óbvio. O trabalho de magistério é obviamente uma atividade assalariada, com local de trabalho extra-muros e características de profissão desempenhada em espaço público. Ocorre, porém, que no interior desse espaço público encontramos uma dimensão interna e uma externa. Como dimensão externa podemos considerar as dependências da escola onde a professora interage com outros, além de seus alunos (seus pares, diretora, secretária, serventes, alunos de outras séries). Como dimensão interna temos o interior da sala de aula. A sala de aula e as relações que se dão entre professora e sua prática e as interações entre professora e seus alunos podem ser entendidas como pertencentes a um espaço interno e privado. A marca efetiva da privacidade desse espaço é a autonomia.

Sobre a autonomia da professora em sala de aula, Michael Apple (1987) assinala que, fechada a sala de aula, ninguém sabe com certeza o tratamento que será dado à pedagogia em vigor ou às orientações burocráticas que devam ser observadas pela professora em sala. Na sala de aula reina a professora, seus critérios de ensino, suas receitas e regras “neutras”, sua experiência, seu saber “natural”. Apple fez esta análise para o modelo norte-americano de ensino, freqüentemente revisitado por tendências tayloristas. Entretanto, a autonomia, enquanto marca de saberes “naturais”, não pode ser vista apenas como ato de resistência aos modelos intensificadores da atividade docente, como querem os críticos do taylorismo. Ela pode ser vista, igualmente, como forma de obter proteção dentro das estruturas de poder da sociedade. A proteção visada aqui não seria apenas contra modelos pedagógicos invasivos e persecutórios, mas também para proteção de um espaço que é percebido como seu (da professora), para onde se pode importar experiências variadas ocorridas em espaços semelhantes, asseguradoras da eficiência que se deseja atingir, mantendo preservada as imagens naturalizantes que permitiram e garantiram a entrada no espaço de uma atividade pública e remunerada. Anyon (1990, p.23), analisando o movimento de resistência/acomodação realizado por mulheres no contexto da ideologia da feminilidade, observa que

a acomodação e a resistência (...) feita(s) individualmente pelas mulheres é freqüentemente uma ação defensiva (não importando a criatividade que ela envolva) que *não* visa a transformação das estruturas patriarcais ou as outras estruturas sociais, mas cujo objetivo é obter uma certa proteção *dentro* dessas estruturas.

A reprodução de traços de atividade doméstica que se pode apanhar, ainda hoje, na prática docente de muitas professoras de 1ª a 4ª séries parece fazer parte dessas estratégias de preservação de imagens como garantia e proteção do lugar conquistado dentro de uma estrutura de poder que naturalizou o trabalho doméstico e o trabalho de magistério como femininos. “Dons” tais como paciência para as tarefas repetitivas e afetividade no trato com crianças foram apropriadas por mulheres que, durante muito tempo, pareceram se acomodar ao discurso que atribuía ao magistério um *status* de maternidade, mas que, na prática, aplicava os saberes “naturais” nascidos da atividade doméstica.

Onde melhor se pode observar esta composição de papéis sexuais, atividade profissional e expectativas sociais sobre a atividade desempenhada é quando se observa a prática das professoras rurais. Rosemberg (1991) apresenta a saga cotidiana de uma professora rural que narra a aventura de se desmembrar em professora de classe multisseriada, merendeira, servente, catadora de lenha e dona-de-casa. Idelzita Rabelo da Paixão, primeira professora do Mimbó, comunidade do nordeste formada por descendentes de escravos, encarna esses diferentes papéis. Diante de sua narrativa é impossível deixar de pensar sobre quanto os universos profissionais e domésticos estão mesclados nas atividades desempenhadas por essa professora e no quanto a figura feminina é a única que parece responder às necessidades de manutenção da precária escola rural. É impossível deixar de refletir também sobre como se efetiva a prática de ensino, nessa escola, e em como se operou a formação profissional dessa mulher/professora/dona-de-casa, alfabetizada aos 14 anos, retornando à sua comunidade para ensinar.

Com este exemplo, que em sua imagem radical reflete as dificuldades enfrentadas por professores e alunos por este Brasil afora e o abandono em que se encontra a educação em todos os recantos deste país, esta reflexão não se propõe à reduzir a prática docente de primeiro grau a uma atividade tida como menor. Ao contrário, procuro expandir as fronteiras do doméstico, do privado e do “natural” até o limite de sua utilização pelos sistemas econômico, educacional, cultural e pelas mulheres mergulhadas nesses sistemas.

### *Resistir e acomodar (duas faces da mesma moeda)*

Se é certo que a sociedade industrial e tecnológica patriarcal capitalista utilizou a separação de papéis masculinos e femininos já existentes ou reelaborados em seu interior (assim como as habilidades profissionais que esta separação acarreta) para

situar as mulheres profissionalmente (tecelãs, montadoras, soldadoras de transistores e microcircuitos, babás, professoras, enfermeiras); se é certo que as mulheres assumem discursos acrílicos sobre vocação e destino profissional; se é certo que um universo feminino de trabalho sobre desvalorização salarial; não é certo que tudo isto ocorra sem a concorrência das mulheres e sem os ganhos e perdas das resistências e acomodações presentes em todas as relações que se dão sob o signo da subordinação de gênero. Igualmente não é certo supor que as escolhas profissionais de mulheres sejam inteiramente “alienadas” ou inteiramente “conscientes e críticas”. Igualmente não é correto sugerir que no interior das relações sociais de classe, raça, gênero e idade os sujeitos encontrem apenas formas explícitas de enfrentamento ou de submissão. Ao contrário, mais simples seria imaginar que, quanto maior a dominação, maiores as tentativas de sua superação e mais sutis os mecanismos organizadores das trocas concretas e simbólicas entre dominador e dominado.

A nenhum ser humano, em nenhuma condição de dominação, é possível existir sob total submissão sem perdas irreparáveis em sua saúde mental e mesmo da própria vida. Assim como raras vezes é possível a total liberdade das determinações sociais e culturais existentes no meio em que se está situado. Exceção feita às situações de conflito explícito, os seres humanos se articulam de formas variadas, tentando manter espaços cedidos ou conquistados, tentando vencer obstáculos ou acomodar-se a novas situações: ora recua-se para posteriormente poder avançar, ora avança-se para em seguida recuar. Em ambos os movimentos o objetivo é a possibilidade de avanço, ou, no mínimo de manutenção e permanência da situação alcançada. O que Genovese (1988) denomina resistência na acomodação e acomodação por atos de resistência não se verifica como etapas isoladas (primeiro resistência e depois acomodação). O que exprime esse movimento é a complexidade de suas manifestações que envolvem simultaneidade de comportamentos (parecer acomodar-se, quando se está resistindo), sua aparente contrafação (a aparência do comportamento nem sempre corresponde à sua face mais atuante) e seus inúmeros meandros psicossociais de adequação e sustentação de papéis e lugares sociais.

A razão dessa dinâmica pode ser encontrada numa das características mais comuns da dominação, aquela que não permite ao dominado expressar legitimamente seus desejos e necessidades. Atalhos e saídas equivocadas são comumente as portas por onde, nas relações de dominação, o dominado tenta atingir os objetivos que se situam fora dos circuitos do permitido ou esperado.

Rosemberg, Pinto e Negrão (1982) observaram que as escolhas profissionais das mulheres não incluem apenas a dimensão cultural que as empurra para determi-



nadas “vocações”, incluem, igualmente, o exercício de “um poderoso senso de realidade. Uma estratégia de sobrevivência” (Rosemberg, Pinto e Negrão, 1982, p.66).

As mulheres, segundo estas autoras, procuram atuar de modo a compor os papéis sociais que inexoravelmente desempenham e os que nascem de sua aspiração, necessidade, ou mesmo dos estímulos sociais à profissionalização. Sabendo que há uma dimensão em suas vidas que pode vir a ser prioritária a qualquer momento, escolhem profissões que possam compor futuramente com as atividades de mãe, esposa e dona-de-casa. Isto não significa que algumas mulheres não possuam “vocações” para o magistério, mas o discurso da vocação pode encobrir também um outro “saber” das mulheres: o de seu “lugar” nas relações de poder entre gêneros.

Anyon (1990), estudando resistência e acomodação em mulheres e meninas, aponta para o quão precocemente as mulheres percebem a contradição entre estímulos sociais para a escolha da carreira profissional e as determinações sociais e culturais para que permaneçam em suas posições tradicionais (que não possibilitariam a trajetória profissional esperada pelo modelo masculino de carreira profissional). Os mecanismos acomodativos e resistentes que as meninas apresentam em seus depoimentos apontam no sentido de nem romperem com as expectativas do sistema, nem abdicarem inteiramente de suas aspirações. A resultante mais saudável da dicotomia entre ser mulher e ser profissional parece ser a procura por atividades que compatibilizem trabalho profissional e responsabilidade doméstica. Nesse movimento, meninas com aspirações que exigem padrões muito altos de profissionalização (sempre nos moldes masculinos) percebem que não poderão continuar com sua prática, após o casamento, e abdicam do seu lugar de igualdade. Perguntadas se queriam trabalhar depois de casadas as meninas responderam:

“Sim [quero trabalhar depois de casada], quero ser violinista. Mas não sei se ele [meu marido] gostaria que eu trabalhasse. Os homens são os mais importantes. Não acho que eu quisesse ser tão forte quanto os homens. Mulheres fortes não seriam bonitas” - diz uma.

Diz outra: “Sim, mas tem que ir para a faculdade certa. Eu quero ser psicoterapeuta”.

E outra: “Sim, eu vou ser três coisas: professora, instrutora de esqui e mãe. Minha mãe diz que eu vou ficar cheia de ser professora. E professoras não ganham muito”.

E ainda outra: “Sim, se eu for esposa eu terei de limpar e cozinhar. E isso não tem graça. Mas, provavelmente serei uma esposa e terei de cozinhar também” (Anyon, 1990, p.20).

A estes exemplos poderíamos apor os das professoras entrevistadas por Maria Eliana Novaes (1982) que, no confronto entre o trabalho de lecionar para crianças e o da supervisão optavam pelo último: eram “talentosas” demais para permanecerem na sala de aula.

A contaminação de práticas não incluiria apenas o modo de trabalho, mas a própria escolha profissional. Assim, fica como sugestão final a idéia de que a uma profissão tão marcada pelas dimensões de poder entre gêneros possivelmente correspondam escolhas de outras práticas sinalizadas por uma relação de poder semelhante. Explorar essas nuances não significa aproximar magistério e atividade doméstica como práticas indistintas; significaria antes entender os procedimentos e instâncias de poder social que se apropriam dos mecanismos acomodativos/resistentes de sujeitos em situação de subordinação social e os fazem atuar favorecendo o sistema mais do que se pode supor e para além dos modos de organização desses sujeitos.

### Referências

- Anyon, Jean. “Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais”. In: *Cadernos de Pesquisa*, 73. São Paulo, mai. 1990, pp.13-25.
- Apple, Michael W. “Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente”. In: *Cadernos de Pesquisa*, 60. São Paulo, fev. 1987, pp.3-14.
- Apple, Michael W. “Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia”. In: *Cadernos de Pesquisa*, 60. São Paulo, fev. 1988, pp.14-23.
- Bergantini, Izabel Cristina. *Balanço crítico da literatura sobre trabalho doméstico*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, 1987.
- Bruschini, Cristina. *Mulher, casa e família*. São Paulo – Fundação Carlos Chagas, Vértice, 1990.
- Carvalho, Marília. *Entre a casa e a escola: educadoras do primeiro grau na periferia de São Paulo*. São Paulo, 1992. (mimeo).
- Catani, Denice B. “A formação de professores e o desempenho pedagógico”. In: Fischmann, Roseli et al. *Escola brasileira: temas e estudos*. São Paulo, Atlas, 1987.
- Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e vida familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- Genovese, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Brasília, CNPq, 1988.

- Louro, Guacira L. *Prendas e anti-prendas*. Porto Alegre, UFRGS, 1987.
- Louro, Guacira L. "Magistério de primeiro grau: um trabalho de mulher". In: *Educação e Realidade*, 14(2): 31-9. Porto Alegre, jul./dez. 1989.
- Mitchell, Juliet. "Mulheres: a revolução mais longa". In: *Revista Civilização Brasileira*, 14. Rio de Janeiro, jul. 1967.
- Novaes, Maria Eliana. *Professora primária, mestra ou tia?* São Paulo, Cortez, 1984.
- Novaes, Maria Eliana. "Talentosa demais para ser professora". In: *Educar*, 2(1):90-106. Curitiba, jan./abr. 1982.
- Pena, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- Piza, Edith. *Magistério e trabalho docente: notas para uma compreensão da prática docente*. São Paulo, 1987. (mimeo).
- Prado, Danda. *Ser esposa: a mais antiga das profissões*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Reis, Maria Cândida D. *Tessitura de destinos*. Dissertação, de mestrado em História, PUC-SP, 1991.
- Rosemberg, Fúlvia. *Subordinação de gênero e alfabetização no Brasil*. São Paulo, 1991, (mimeo). (Texto apresentado ao Seminário sobre Alfabetização da Universidade de Linköping, Suécia.)
- Rosemberg, Fúlvia; Pinto, Regina P. e Negrão, Esmeralda V. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- Rosemberg, Fúlvia; Piza, Edith; Montenegro, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília, REDUC/INEP, 1990.
- Teixeira, Maria Aparecida S. B. *Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, PUC-SP.